



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0000053-38.2018.8.26.0555 - 2018/000488**
 Classe - Assunto: **Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins**
 Documento de Origem: **CF, OF, IP-Flagr. - 30/2018 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 210/2018 - 2º Distrito Policial de São Carlos, 50/2018 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos**
 Réu: **Maikon Bruno Nascimento Genezio**
 Data da Audiência: **13/07/2018**

Réu Preso
 Justiça Gratuita

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **MAIKON BRUNO NASCIMENTO GENEZIO**, realizada no dia 13 de julho de 2018, sob a presidência do **DR. EDUARDO CEBRIAN ARAÚJO REIS**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado, devidamente escoltado, acompanhado do Defensor Público **DR. JONAS ZOLI SEGURA**. Iniciados os trabalhos, questionada a escolta acerca da necessidade da manutenção da algema, esta afirmou que não poderia garantir a segurança do ato processual, do próprio imputado e de todos os presentes, por sua insuficiência numérica. Diante disso, e cabendo ao Juiz Presidente regular os trabalhos em audiência, foi determinada a manutenção das algemas como a única forma de se resguardar a integridade dos presentes e, principalmente, do próprio imputado, nos termos da Súmula Vinculante nº 11, do STF. Em seguida, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foi inquirida a testemunha **CARLOS DE CAMPOS**. Por fim, foi realizado o interrogatório do acusado, nessa ordem, para assegurar a ampla defesa (*Depoimentos registrados por meio audiovisual, estando disponíveis para consulta de acordo com o artigo 1.270 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). As partes desistiram da oitiva da testemunha faltante, o que foi homologado pelo MM Juiz. Após, não havendo outras provas a serem produzidas, o MM Juiz determinou que se passasse aos debates orais, os quais foram realizados



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

em mídia digital (*Manifestações registradas por meio audiovisual, estando disponíveis para consulta de acordo com o artigo 1.270 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos. MAIKON BRUNO NASCIMENTO GENEZIO**, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso no artigo 33, *caput*, da Lei 11.343/2006, porque, no dia 23 de fevereiro de 2018, por volta das 11h45, na residência localizada na Rua Antônia Leopoldina Galvão, 576, bairro de Bela Vista, nesta cidade e comarca, guardava, para o consumo de terceiros, 15 porções de *Cannabis Sativa L.*, popularmente conhecida como maconha, droga, que determina dependência física e psíquica, sem autorização e em desacordo com determinação legal. Apurou-se que, no dia dos fatos, o denunciado guardava, no quintal de sua moradia, as porções de maconha, embaladas em invólucros de plásticos, pesando 347 gramas. Apurou-se, ainda, que policiais militares, após abordarem o denunciado na via pública, foram até a moradia de Maikon, local indicado por este, localizando, em seu quarto, uma balança digital e 13.000 micro tubos, vazios, conhecidos como *ependorfs*. Em seguida, no quintal da casa, foram localizadas as porções de maconha, que estavam enterradas e eram de propriedade do denunciado. Desta forma, a quantidade de droga encontrada no local, bem como os apetrechos localizados, em especial a balança de precisão, os *ependorfs* e, ainda, o relato do denunciado afirmando que iria vender a maconha, demonstram que o entorpecente destinava-se a entrega para consumo de terceiros. Notificado, o réu apresentou defesa prévia (fls. 149/150). A denúncia foi recebida em 02 de maio de 2018 (fls. 155/156). Nesta audiência, procedeu-se à oitiva de duas testemunhas e, ao final, ao interrogatório do réu. Nos debates orais o Ministério Público opinou pela condenação, nos termos da denúncia, enquanto que a Defensoria Pública requereu a improcedência da ação penal, ou a concessão de benefícios na aplicação da pena. **É o relatório. DECIDO.** A ação penal é procedente. Não se verifica a alegada irregularidade na operação policial, a macular este processo, haja vista que, ouvido em juízo, o réu disse não se recordar exatamente dos fatos, mas pontuou que autorizou o ingresso dos agentes públicos em sua morada, na qual, efetivamente, praticava-se delito de natureza permanente. A materialidade dos delitos está demonstrada pelos autos de exibição e apreensão de fls. 21/22, pelos laudos periciais de fls. 35/39, assim como pela prova oral



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

produzida. A autoria também é certa. Interrogado nesta audiência, o réu admitiu a prática da infração penal que lhe é atribuída. Relatou que mantinha consigo, em sua residência, as porções de maconha apreendidas, as quais se destinavam à venda. A confissão harmoniza-se com os demais elementos de prova amealhados em contraditório. O Policial Militar responsável pela diligência, Carlos de Campos, relatou que abordou o acusado, vindo a localizar, em sua residência 13.000 *ependorfs* vazios de cocaína e uma balança de precisão, bem assim as porções de maconha apreendidas, as quais estavam enterradas no quintal. A testemunha acrescentou que, na oportunidade, o réu admitiu a propriedade dos tóxicos, mencionando que se destinavam à comercialização. As circunstâncias da abordagem, a apreensão de petrechos e drogas no local indicam que na oportunidade o réu promovia o comércio clandestino de entorpecentes. De outra parte, o acusado é tecnicamente primário e não há comprovação de que integre organização criminosa ou que faça da atividade ilícita seu meio de vida, devendo ser reconhecida em seu favor a causa de diminuição prevista no § 4º do artigo 33 da Lei 11.343/06. O redutor dar-se-á no patamar máximo, pois as circunstâncias judiciais são favoráveis ao agente. **Passo a dosar a pena.** Ausentes circunstâncias judiciais desfavoráveis, fixo a pena-base no mínimo legal em cinco (5) anos de reclusão e no pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa. Reconheço em favor do acusado as atenuantes da menoridade relativa e da confissão espontânea, mas sem redução aquém do piso (Súmula 231 do STJ). Por força da causa da diminuição já reconhecida, reduzo a reprimenda em 2/3 (dois terços), perfazendo-se o total de 1 (um) ano e 8 (oito) meses de reclusão e 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa, no valor mínimo. No que toca ao regime de cumprimento, não se aplica a previsão constante do § 1º do artigo 2º da Lei 8.072/90, pois de acordo com jurisprudência consolidada o tráfico privilegiado não é crime assemelhado aos hediondos. De outra parte, considerando a gravidade em concreto da infração praticada, em detrimento da saúde pública, aplico **regime semiaberto** para o início do cumprimento da pena, inviabilizando-se pelo mesmo motivo a substituição por restritivas de direito. **CONDENO**, pois, **MAIKON BRUNO NASCIMENTO GENEZIO** à pena de **um (1) ano e oito (8) meses de reclusão e de 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa, no valor mínimo**, por ter transgredido o **artigo 33, “caput”, c.c. o seu § 4º, da Lei 11.343/06**. O réu não poderá recorrer em



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

liberdade. Como permaneceu preso desde o início, com maior razão deve continuar recolhido agora que está condenado, devendo ser recomendado na prisão em que se encontra. Por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita e defendido pela Defensoria Pública deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária. Destruam-se os bens apreendidos, bem como oficie-se para inutilização das drogas, caso esta providência ainda não tenha sido tomada. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. **Pelo acusado foi manifestado o desejo de não recorrer da presente decisão.** Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito: **EDUARDO CEBRIAN ARAÚJO REIS**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Promotor:

Acusado:

Defensor Público: